



SIMULADO FINAL

ALECE

Analista Legislativo - Direito
Pós-Edital

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **ALECE**, cargo de **Analista Legislativo - Direito**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/wfcZVnkDntaZDrMeA>

01 - (A B C D E)	15 - (A B C D E)	29 - (A B C D E)	43 - (A B C D E)	57 - (A B C D E)
02 - (A B C D E)	16 - (A B C D E)	30 - (A B C D E)	44 - (A B C D E)	58 - (A B C D E)
03 - (A B C D E)	17 - (A B C D E)	31 - (A B C D E)	45 - (A B C D E)	59 - (A B C D E)
04 - (A B C D E)	18 - (A B C D E)	32 - (A B C D E)	46 - (A B C D E)	60 - (A B C D E)
05 - (A B C D E)	19 - (A B C D E)	33 - (A B C D E)	47 - (A B C D E)	61 - (A B C D E)
06 - (A B C D E)	20 - (A B C D E)	34 - (A B C D E)	48 - (A B C D E)	62 - (A B C D E)
07 - (A B C D E)	21 - (A B C D E)	35 - (A B C D E)	49 - (A B C D E)	63 - (A B C D E)
08 - (A B C D E)	22 - (A B C D E)	36 - (A B C D E)	50 - (A B C D E)	64 - (A B C D E)
09 - (A B C D E)	23 - (A B C D E)	37 - (A B C D E)	51 - (A B C D E)	65 - (A B C D E)
10 - (A B C D E)	24 - (A B C D E)	38 - (A B C D E)	52 - (A B C D E)	66 - (A B C D E)
11 - (A B C D E)	25 - (A B C D E)	39 - (A B C D E)	53 - (A B C D E)	67 - (A B C D E)
12 - (A B C D E)	26 - (A B C D E)	40 - (A B C D E)	54 - (A B C D E)	68 - (A B C D E)
13 - (A B C D E)	27 - (A B C D E)	41 - (A B C D E)	55 - (A B C D E)	69 - (A B C D E)
14 - (A B C D E)	28 - (A B C D E)	42 - (A B C D E)	56 - (A B C D E)	70 - (A B C D E)

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://bit.ly/4yWTUVP>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Adriana Figueiredo***TEXTO 1****Proteção Social para o Brasil do Futuro**

O Brasil avançou na redução da pobreza e desigualdade desde o retorno à democracia, na década de 1980. A expansão das políticas de proteção social desempenhou um papel importante nesse processo. Porém, a redução da pobreza estagnou na última década e a taxa de informalidade permanece alta.

Além disso, o envelhecimento demográfico, as mudanças climáticas e as novas tecnologias e formas de trabalho geram necessidades e riscos para a população. Como o sistema de proteção social pode seguir desempenhando um papel central em um contexto tão diferente daquele em que muitas dessas políticas foram concebidas?

Em um novo relatório, o Banco Mundial e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) discutem o assunto. Em duas décadas, a maioria da população brasileira estará em idade ativa, mas não será mais jovem; muitos precisarão navegar pelo mercado de trabalho com baixa escolaridade. O número de crianças terá diminuído, mas, enquanto isso, quase metade delas cresce em condição de pobreza. O número de adultos com mais de 65 anos dobrará, tornando as atuais promessas previdenciárias fiscalmente insustentáveis, mesmo após a recente reforma.

O relatório recomenda um conjunto de dez reformas para o médio e longo prazos, com um olhar para o Brasil em 2040. Será importante aumentar a eficiência dos programas de seguro-desemprego, expandir os instrumentos financeiros disponíveis às famílias para administrar a volatilidade da renda e tornar os programas de assistência social mais eficazes no alcance das famílias impactadas pelos choques climáticos.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS: BRASIL. "Proteção Social para o Brasil do Futuro". (2023). Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/239811-prote%C3%A7%C3%A3o-social-para-o-brasil-do-futuro>>. Acesso em: 21 jul. 2023. ADAPTADO.

1. Assinale a alternativa que expressa, de forma mais abrangente e fiel, o tema central apresentado no texto.

- a) As causas históricas da pobreza no Brasil desde a década de 1980.
- b) A necessidade de adaptar o sistema de proteção social brasileiro às transformações das próximas décadas.
- c) O envelhecimento populacional e seus impactos sobre a previdência social.
- d) As mudanças demográficas, econômicas e tecnológicas para os próximos anos.
- e) A problemática da pobreza infantil e a urgência para eliminá-la

2. Marque a alternativa que expressa uma inferência logicamente válida, ainda que não formulada de modo explícito pelo autor.

- a) A baixa escolaridade deixará de ser um problema relevante para a população em idade ativa.
- b) As mudanças climáticas afetarão apenas as famílias que já vivem em situação de extrema pobreza.
- c) O aumento da expectativa de vida eliminará a pobreza infantil no Brasil.
- d) O envelhecimento populacional tende a aumentar a pressão fiscal sobre o sistema previdenciário.
- e) As novas tecnologias tornarão desnecessários os programas de seguro-desemprego

3. Analise os segmentos destacados nos trechos que seguem para assinalar o item correto.

1. O Brasil avançou na redução da pobreza e desigualdade...

2. A expansão das políticas de proteção social desempenhou um papel importante...

a) Em 1, o segmento destacado é um objeto indireto e em 2, adjunto adnominal.

b) Em 1 e em 2, os segmentos destacados são complementos nominais.

c) Em 1, o segmento destacado é um adjunto adverbial e em 2, adjunto adnominal.

d) Em 1, o segmento destacado é um adjunto adverbial e em 2, complemento nominal.

e) Em 1 e em 2, os segmentos destacados são objetos indiretos

4. Considerando a progressão lógica do texto, marque a opção que identifica corretamente o valor do conectivo “Porém”, empregado no 1º parágrafo.

a) Comparação

b) Causa

c) Consequência

d) Adição

e) Contraste

5. Avalie os enunciados a seguir à luz da norma-padrão da língua portuguesa, no que se refere à concordância verbal. Marque a alternativa correta.

a) Segundo o estudo, 64% do corpo docente apontam entraves na sala de aula.

b) Os desenvolvedores do jogo enfatizou a produção artística do projeto.

c) Estimam-se que as reformas ultrapassem 200 milhões de reais.

d) Fazem dois anos que o programa foi implementado nas escolas.

e) Houveram dificuldades durante a implementação do sistema

6. Considerando as normas de ortografia oficial e as alterações introduzidas pelo mais recente Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinale a alternativa em que todas as palavras atendem plenamente aos preceitos gramaticais vigentes.

a) O aluno apresentou uma idéia brilhante.

b) A equipe realizou um voo noturno.

c) Os meios de comunicação podem reforçar um estereotipo.

d) As meninas lêem muitas revistas de quadrinhos.

e) Os ladrões levaram jóias de alto valor.

7. Considerando a necessidade de manter a correlação entre tempos e modos verbais nas construções do período composto, marque a opção que apresenta frase que tem correção gramatical e articulação lógica das ações.

a) Se o candidato estudasse mais, ele passará no concurso.

b) Quando o relatório chegou, a equipe revisará os dados.

c) Caso a empresa reduza os custos, aumentou os investimentos.

d) Embora o diretor aprove a proposta, ela não será implementada.

e) Se os alunos tivessem lido o livro, não cometeram tantos erros

TEXTO 2

O ambiente de trabalho costuma funcionar como um espelho da sociedade e, por isso, reproduz dentro de si os mesmos preconceitos que circulam fora dele. À medida que a população envelhece, ganha força no Brasil uma forma de discriminação chamada etarismo, ou idadismo, que consiste em tratar alguém de modo desigual por causa da idade.

8. Analise os termos destacados no texto acima e indique a alternativa que classifica corretamente a classe gramatical de cada um, respectivamente.

- a) Substantivo, advérbio, substantivo.
- b) Substantivo, adjetivo, advérbio.
- c) Substantivo, advérbio, adjetivo.
- d) Adjetivo, advérbio, adjetivo.
- e) Adjetivo, substantivo, adjetivo

9. Marque a opção em que o sinal indicativo de crase foi empregado em plena conformidade com a norma culta.

- a) A palestra destruiu todas às nossas esperanças de um futuro melhor.
- b) Os pais devem controlar o acesso das crianças à equipamentos digitais.
- c) Os alunos passaram à participar de forma ativa nas atividades.
- d) O chefe de seção referiu-se à demandas represadas.
- e) Somos contrários àqueles que defendem a violência

10. Indique a alternativa em que a colocação do pronome átono está correta, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.

- a) Instalarão-se os aparelhos na próxima semana.
- b) Filho, me espere no portão da escola ao sair.
- c) Nunca se esqueceram das orientações dadas pelo professor.
- d) Assim que avistei-a, corri em sua direção.
- e) O cenário sombrio que imaginávamos não confirmou-se

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Emannuelle Gouveia

11. No Windows 10 e 11, um usuário organiza documentos de um projeto utilizando pastas, subpastas e atalhos. Ao criar um atalho para um arquivo armazenado em outra localização, o usuário pretende facilitar o acesso sem gerar uma segunda cópia do conteúdo original. Nessa situação:

- a) O atalho cria automaticamente uma duplicação do arquivo para permitir acesso independente ao conteúdo.
- b) A movimentação do atalho para outra pasta altera obrigatoriamente a localização do arquivo original.
- c) A exclusão de um atalho remove definitivamente o arquivo associado e todos os seus dados armazenados.
- d) O atalho funciona como uma referência ao arquivo original, permitindo acesso rápido sem duplicar o conteúdo.
- e) A criação de atalhos só é possível para programas instalados, não sendo aplicável a arquivos e pastas.

12. Uma planilha eletrônica contém dados de vendas organizados em uma tabela. Para facilitar a análise das informações, o usuário precisa criar uma representação visual que permita comparar valores entre diferentes categorias. Nesse caso, o recurso mais adequado é:

- a) Utilizar gráficos vinculados aos dados da planilha para representar visualmente comparações e tendências.
- b) Converter todas as células da tabela em imagens para preservar os valores exibidos.
- c) Aplicar somente formatação de fonte e preenchimento, pois esses recursos substituem análises visuais.
- d) Inserir quebras de página adicionais, pois esse recurso cria automaticamente representações gráficas dos dados.
- e) Utilizar macros obrigatoriamente, pois qualquer gráfico depende da execução de uma rotina automatizada.

13. Uma equipe utiliza o Microsoft Teams para comunicação e colaboração em projetos. Durante uma reunião virtual, os participantes precisam compartilhar documentos, acompanhar discussões e manter o histórico das interações relacionadas ao trabalho. Nesse cenário, um recurso adequado do Teams é:

- a) Utilizar apenas o correio eletrônico externo, pois o Teams não permite integração com arquivos compartilhados.
- b) Criar cópias locais dos arquivos antes de cada reunião, pois o Teams não permite colaboração simultânea.
- c) Desativar o histórico das conversas para impedir que informações sejam acessadas posteriormente.
- d) Utilizar o Teams exclusivamente para mensagens instantâneas, sem recursos de reuniões ou compartilhamento.
- e) Utilizar canais, arquivos compartilhados e ferramentas integradas para organizar a colaboração entre os membros da equipe.

14. Uma organização adota medidas de segurança da informação para proteger seus dados contra acessos indevidos e indisponibilidade de serviços. Entre as práticas implementadas, a equipe de TI utiliza mecanismos de controle de acesso, cópias de segurança e ferramentas de proteção contra ameaças. Nesse contexto:

- a) O uso de antivírus elimina a necessidade de atualização de sistemas operacionais e aplicativos.
- b) A realização de backups substitui mecanismos de controle de acesso, pois impede qualquer vazamento de informações.
- c) A combinação de controles de acesso, backups e ferramentas de segurança contribui para preservar a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados.
- d) A assinatura digital tem como principal objetivo ocultar o conteúdo de uma mensagem por meio de criptografia.
- e) O firewall atua exclusivamente na remoção de arquivos infectados por malwares presentes no computador.

15. Um usuário utiliza uma ferramenta de inteligência artificial generativa para obter respostas mais precisas em atividades profissionais. Para melhorar a qualidade dos resultados produzidos pelo sistema, uma prática adequada é:

- a) Elaborar prompts claros, com contexto, objetivo e informações relevantes para orientar a resposta da inteligência artificial.
- b) Utilizar comandos extremamente genéricos, pois modelos de IA apresentam melhor desempenho quando não recebem restrições.
- c) Evitar fornecer contexto adicional, pois informações complementares reduzem a capacidade de interpretação do modelo.
- d) Inserir apenas palavras-chave isoladas, pois a inteligência artificial sempre recupera automaticamente a intenção completa do usuário.
- e) Repetir o mesmo prompt diversas vezes, pois a quantidade de solicitações substitui a necessidade de estruturar o comando.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA*Emerson Bruno*

16. De acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Ceará, acerca do estágio probatório e da aquisição da estabilidade, assinale a alternativa correta.

- a) O estágio probatório corresponde ao período de dois anos de efetivo exercício no cargo de provimento efetivo, contado da data da nomeação do servidor.
- b) A aquisição da estabilidade depende, obrigatoriamente, de avaliação especial de desempenho realizada por comissão instituída para essa finalidade.
- c) A avaliação especial de desempenho somente poderá ser realizada após o término do estágio probatório, sendo vedada qualquer avaliação durante sua realização.
- d) A comissão responsável pela avaliação especial de desempenho poderá considerar o desempenho funcional do servidor em período posterior ao estágio probatório, caso entenda necessário.
- e) A avaliação extraordinária de desempenho substitui a avaliação ordinária quando realizada durante o estágio probatório.

17. Nos termos da Constituição do Estado do Ceará, sobre a sessão legislativa da Assembleia Legislativa, assinale a alternativa correta.

- a) A sessão legislativa poderá ser interrompida independentemente da aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias, desde que haja deliberação da maioria absoluta dos Deputados.
- b) No primeiro ano da legislatura, serão realizadas sessões preparatórias no dia 1º de fevereiro, destinadas à posse dos Deputados diplomados e à eleição da Mesa Diretora, cujo mandato será de 2 anos, sendo vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.
- c) O mandato da Mesa Diretora será de 4 anos, admitida uma recondução consecutiva para o mesmo cargo.

d) No primeiro ano da legislatura, serão realizadas sessões preparatórias no dia 2 de fevereiro, destinadas apenas à posse dos Deputados diplomados, sendo a eleição da Mesa Diretora realizada em momento posterior.

e) As reuniões da Assembleia Legislativa ocorrerão anualmente de 1º de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro, não sendo admitida a transferência das datas quando recaírem em feriados.

18. A respeito da convocação extraordinária da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, nos termos da Constituição Estadual, assinale a alternativa correta.

- a) Durante o período de convocação extraordinária, a Assembleia Legislativa poderá deliberar sobre qualquer matéria de interesse estadual, sendo admitido o pagamento de parcela indenizatória aos Deputados em razão da convocação.
- b) A convocação extraordinária da Assembleia Legislativa poderá ser feita exclusivamente pelo Governador do Estado, em caso de urgência ou de relevante interesse público.
- c) A convocação extraordinária poderá ser realizada pelo Presidente da Assembleia Legislativa, em caso de intervenção em Município e para compromisso e posse do Governador e do Vice-Governador do Estado, bem como, nas hipóteses de urgência ou de interesse público relevante e urgente, pelo Governador, pelo Presidente ou a requerimento da maioria dos membros da Assembleia, desde que haja aprovação da maioria absoluta da Casa.
- d) Durante a convocação extraordinária, a Assembleia poderá deliberar sobre matérias estranhas ao ato convocatório, desde que aprovadas pela maioria absoluta dos Deputados.
- e) A convocação extraordinária da Assembleia Legislativa poderá ocorrer por requerimento de um terço de seus membros, independentemente de aprovação do Plenário, sempre que houver interesse público relevante.

19. Segundo o Regimento Interno da ALECE, quando a realização das reuniões em outro local decorrer de motivo relevante ou de interesse social, será necessária:

- a) autorização do Presidente da Assembleia.
- b) deliberação da Mesa Diretora.
- c) aprovação da maioria simples dos membros da Assembleia.
- d) aprovação de dois terços dos membros da Assembleia.
- e) autorização conjunta da Mesa Diretora e do Governador.

20. A Assembleia Legislativa do Estado do Ceará poderá ceder espaços de suas dependências para manifestações cívicas e culturais, desde que:

- a) haja autorização da Mesa Diretora por maioria absoluta.
- b) exista autorização da Presidência da Mesa Diretora.
- c) seja aprovada a cessão por dois terços dos deputados.
- d) a autorização seja concedida pelo Governador do Estado.
- e) a cessão seja destinada exclusivamente a entidades públicas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL APLICADO AO PROCESSO LEGISLATIVO

João Trindade

21. Assinale a alternativa que não contempla uma atribuição constitucionalmente assegurada a uma comissão parlamentar de inquérito instituída no âmbito de Assembleia Legislativa:

- a) convocar testemunhas para depor
- b) determinar a prisão de investigados flagrados cometendo crime
- c) determinar a quebra de sigilo bancário
- d) decretar a indisponibilidade de bens do investigado
- e) requisitar documentos e informações à Administração Pública

22. O veto do Chefe do Poder Executivo:

- I – aplica-se às proposições legislativas em geral;
- II – precisa ser motivado;
- III – pode ser parcial, atingindo inclusive palavras ou expressões;
- IV – pode ser realizado por motivo de inconstitucionalidade da proposição.

Estão corretos, apenas, os itens:

- a) II e IV
- b) I, II e IV
- c) I e III
- d) I, III e IV
- e) II e III

23. O Governador do Estado, a pretexto de regulamentar uma lei, terminou por suplantá-la, extrapolando o poder regulamentar. Inconformada, a oposição na Assembleia Legislativa visa a apresentar uma proposição com vistas a sustar esse ato. À luz da Constituição:

- a) não cabe essa espécie de sustação
- b) cabe a apresentação de projeto de lei ordinária
- c) cabe a apresentação de projeto de decreto legislativo
- d) cabe à Assembleia apenas judicializar a questão
- e) cabe à Assembleia obrigar o Governador a revogar o ato, sob pena de crime de responsabilidade

24. Uma vereadora apresentou projeto de lei para criar o programa “Rua mais Segura”, prevendo a instalação de câmeras de segurança nos 10 logradouros mais violentos de determinada cidade. À luz da jurisprudência do STF sobre o tema, essa proposição:

- a) é constitucional
- b) é inconstitucional, por usurpar iniciativa privativa do Prefeito
- c) é inconstitucional, por usurpar iniciativa privativa do Judiciário
- d) é constitucional, desde que o Prefeito tenha delegado essa atribuição
- e) é inconstitucional, mas essa inconstitucionalidade se convalida se houver sanção

25. Um deputado estadual apresentou projeto de lei concedendo isenção de IPVA para veículos eletrificados. Contrariado, o Poder Executivo alegou que essa proposição incide em vício de iniciativa. De acordo com a jurisprudência, a irresignação do Executivo:

- a) está correta
- b) está incorreta, pois não há reserva de iniciativa em leis sobre matéria tributária
- c) está correta, pois há reserva de iniciativa de leis que gerem despesas para a administração pública
- d) está correta, pois há reserva de iniciativa de leis sobre matéria orçamentária
- e) está incorreta, desde que tenha havido delegação de iniciativa

26. A Governadora de um Estado apresentou à Assembleia Legislativa um projeto de lei concedendo aumento aos servidores de determinada Secretaria. Durante a tramitação, foi apresentada emenda parlamentar para estender o aumento a servidores de outra secretaria, além de criar uma nova Secretaria. À luz da jurisprudência e das disposições constitucionais:

- a) ambas as emendas são constitucionais
- b) ambas as emendas são inconstitucionais
- c) a primeira emenda, apenas, é inconstitucional
- d) a segunda emenda, apenas, é inconstitucional
- e) não há elementos suficientes para analisar a questão

27. De acordo com a teoria da aplicabilidade das normas constitucionais, julgue os itens:

- I – as normas de eficácia contida têm aplicabilidade imediata, porém possivelmente não integral;
- II – possui aplicabilidade imediata o dispositivo constitucional que prevê o mandado de injunção;
- III – as normas programáticas são espécies de norma de eficácia plena.

Estão corretos, apenas:

- a) I e III
- b) II e III
- c) I, II e III
- d) I e II
- e) I

28. Compete aos Estados-membros da federação:

- a) legislar sobre direito civil
- b) manter o serviço postal
- c) explorar os serviços de gás canalizado
- d) explorar e manter os serviços de energia elétrica
- e) legislar sobre telecomunicações

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ*Rodrigo Bet*

29. A respeito da organização do Poder Legislativo estadual, assinale a alternativa correta.

- a) O Poder Legislativo estadual é exercido pela Assembleia Legislativa, composta por representantes do povo eleitos pelo sistema majoritário para mandato de quatro anos.
- b) O número de Deputados Estaduais corresponde ao dobro da representação do Estado na Câmara dos Deputados, observado o limite máximo de 36 parlamentares.
- c) A elevação do número de Deputados Estaduais produzirá efeitos imediatamente após sua aprovação pela Assembleia Legislativa.
- d) O Poder Legislativo estadual é exercido pela Assembleia Legislativa, composta por representantes do povo eleitos pelo sistema proporcional para legislatura de quatro anos.
- e) Os Estados adotam sistema bicameral, composto pela Assembleia Legislativa e pelo Senado Estadual.

30. A respeito das competências da Assembleia Legislativa, assinale a alternativa correta.

- a) Compete privativamente à Assembleia Legislativa criar Secretarias de Estado mediante resolução, independentemente de sanção do Governador.
- b) A fixação das custas judiciais constitui matéria de competência exclusiva da Assembleia Legislativa, dispensando sanção do Governador.
- c) A criação, incorporação, subdivisão e desmembramento de Municípios depende de plebiscito às populações interessadas e de lei estadual sujeita à sanção do Governador.
- d) A sustação dos atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar depende de sanção do Governador.
- e) Autorizar previamente o afastamento do Governador e do Vice para fora do País constitui matéria sujeita à sanção do Governador.

31. Acerca das prerrogativas dos Deputados Estaduais, assinale a alternativa correta.

- a) Desde a diplomação, os Deputados Estaduais poderão ser presos por qualquer crime mediante decisão fundamentada do Tribunal de Justiça.
- b) Os Deputados Estaduais são invioláveis apenas civilmente por suas opiniões, palavras e votos.
- c) Recebida denúncia por crime ocorrido após a diplomação, o Tribunal de Justiça determinará automaticamente o sobrestamento da ação penal.
- d) As imunidades parlamentares ficam automaticamente suspensas durante o estado de sítio.
- e) Os Deputados Estaduais são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos.

32. A respeito das hipóteses de perda e de não perda do mandato de Deputado Estadual, assinale a alternativa que reproduz a literalidade da Constituição Estadual.

- a) O Deputado investido no cargo de Secretário de Estado perderá automaticamente o mandato parlamentar.
- b) A condenação criminal transitada em julgado gera perda do mandato, declarada pela Mesa da Assembleia Legislativa.
- c) O Deputado licenciado para tratar de interesse particular poderá permanecer afastado por prazo indeterminado, sem perda do mandato.
- d) A perda do mandato por faltas às sessões legislativas será automaticamente declarada pela Mesa da Assembleia Legislativa.
- e) A licença-maternidade do Deputado Estadual terá duração máxima de noventa dias, improrrogáveis.

33. De acordo com a Constituição Estadual, é competência das comissões, em razão da matéria de sua competência:

- a) Convocar Prefeitos Municipais para prestar informações sobre assuntos de interesse estadual.
- b) Discutir e votar projeto de lei que dispensar, na forma do regimento interno, a competência do Plenário, salvo se houver recurso de um décimo dos membros da Assembleia.
- c) Aprovar, em caráter definitivo, a proposta orçamentária anual do Estado.
- d) Nomear dirigentes de autarquias, empresas públicas e fundações estaduais.
- e) Elaborar o Regimento Interno da Assembleia Legislativa.

34. Nos termos da Constituição Estadual, o processo legislativo compreende a elaboração de:

- a) Emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, decretos legislativos e resoluções.
- b) Emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, medidas provisórias, decretos legislativos e resoluções.
- c) Leis complementares, leis ordinárias, decretos executivos e resoluções.
- d) Emendas à Constituição, leis ordinárias, decretos regulamentares e resoluções.
- e) Leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas e medidas provisórias.

REGIMENTOS INTERNOS (ÓRGÃOS PÚBLICOS / CASAS LEGISLATIVAS)

Emerson Bruno

35. Nos termos do § 4º do art. 2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, durante a sessão legislativa extraordinária:

- a) a Assembleia poderá deliberar sobre qualquer matéria de interesse público, desde que haja aprovação da maioria absoluta.
- b) a Assembleia somente deliberará sobre a matéria que motivou a convocação, sendo vedado o pagamento de parcela indenizatória.
- c) a Assembleia deliberará prioritariamente sobre a matéria da convocação, sem prejuízo da apreciação de outras matérias.
- d) é permitido o pagamento de parcela indenizatória em razão da convocação extraordinária.
- e) a Assembleia somente poderá deliberar sobre matérias orçamentárias.

36. Nos termos do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, no início da legislatura, assumirá inicialmente a direção dos trabalhos:

- a) o deputado mais votado no último pleito.
- b) o deputado mais idoso.
- c) dentre os deputados presentes, aquele que haja exercido, mais recentemente e em caráter efetivo, a Presidência, as Vice-Presidências ou as Secretarias.
- d) o Presidente da legislatura anterior.
- e) o deputado com o maior número de legislaturas.

37. De acordo com o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, caso o deputado não tome posse dentro dos prazos regimentais:

- a) terá seu mandato suspenso até manifestação da Mesa Diretora.
- b) será automaticamente licenciado por 30 dias.
- c) considerar-se-á haver renunciado ao mandato, devendo ser convocado o primeiro suplente.
- d) perderá o mandato somente após deliberação do Plenário.
- e) será convocado para nova sessão de posse antes da convocação do suplente.

38. De acordo com o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (ALECE), assinale a alternativa correta sobre as sessões legislativas.

- a) As sessões solenes destinam-se à instalação e ao encerramento dos trabalhos legislativos, bem como a comemorações e homenagens especiais, não podendo exceder 50% do número de sessões ordinárias previstas para o mês.
- b) As sessões extraordinárias destinam-se exclusivamente à apreciação de veto, à indicação ou aprovação de autoridades e ao julgamento por crime de responsabilidade.
- c) As sessões preparatórias realizam-se em qualquer dia útil da sessão legislativa, no horário regimental, para deliberação das matérias constantes da ordem do dia.
- d) As sessões ordinárias são realizadas em qualquer dia da semana, em horário diverso do fixado regimentalmente, desde que convocadas pelo Presidente da Assembleia.
- e) As sessões especiais destinam-se apenas à instalação e ao encerramento dos trabalhos legislativos, sendo vedada sua realização para permitir a participação da sociedade organizada.

39. De acordo com o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (ALECE), a respeito da estrutura da sessão ordinária, assinale a alternativa correta.

- a) A sessão ordinária terá duração de 5 (cinco) horas e será composta por Primeiro Expediente, Ordem do Dia, Segundo Expediente, Tempo de Liderança e Explicação Pessoal.
- b) A sessão ordinária terá duração de 4 (quatro) horas e será composta por Expediente, Ordem do Dia, Tempo de Liderança e Explicação Pessoal.
- c) A sessão ordinária terá duração de 5 (cinco) horas e será composta por Primeiro Expediente, Ordem do Dia, Grande Expediente, Tempo de Liderança e Comunicações Parlamentares.
- d) A sessão ordinária terá duração de 6 (seis) horas, divididas em Primeiro Expediente, Ordem do Dia, Segundo Expediente e Explicação Pessoal.
- e) A sessão ordinária terá duração de 5 (cinco) horas, sendo composta por Primeiro Expediente, Segundo

Expediente, Ordem do Dia, Tempo de Liderança e Comunicações Finais.

40. À luz do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (ALECE), acerca das comissões, assinale a alternativa correta.

- a) O deputado que não integra determinada comissão poderá participar das discussões, mas não poderá sugerir emendas, ainda que por escrito.
- b) Os membros efetivos e suplentes das comissões são eleitos pelo Plenário da Assembleia Legislativa, mediante votação secreta.
- c) As comissões temporárias somente se extinguem com o término da legislatura, ainda que tenham atingido antecipadamente sua finalidade.
- d) Os membros das comissões são livremente escolhidos pelo Presidente da Assembleia Legislativa, independentemente de indicação dos líderes de bancada ou de bloco parlamentar.
- e) As comissões da Assembleia classificam-se em permanentes e temporárias. As permanentes subsistem por toda a legislatura, enquanto as temporárias são constituídas para finalidades especiais ou de representação, extinguindo-se com o término da legislatura ou antes, quando alcançado o objetivo para o qual foram criadas.

41. Acerca das deliberações e das votações no Plenário da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, conforme o Regimento Interno da ALECE, assinale a alternativa correta.

- a) O adiamento da votação de qualquer proposição poderá ser concedido mais de uma vez, desde que cada adiamento não ultrapasse cinco sessões.
- b) Os projetos de lei complementar serão aprovados por maioria simples dos deputados presentes, desde que haja quórum de instalação.
- c) A votação será realizada antes do encerramento da discussão, podendo esta prosseguir caso haja requerimento de líder.
- d) As deliberações do Plenário, salvo disposição constitucional em contrário, serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria absoluta dos deputados.
- e) O requerimento de adiamento da votação poderá ser formulado a qualquer momento, inclusive após o início da votação, por qualquer deputado.

DIREITO ADMINISTRATIVO*Herbert Almeida*

42. Um Analista Legislativo, ao analisar a instrução de processos no âmbito da Casa Legislativa, deparou-se com a necessidade de orientar a Mesa Diretora a respeito da manutenção, da invalidação e dos atributos dos atos administrativos praticados no órgão. Considerando o regime jurídico aplicável aos atos administrativos, assinale a alternativa correta:

- a) A imperatividade é um atributo presente na totalidade dos atos administrativos, incluindo os atos negociais e enunciativos, assegurando a imposição unilateral de obrigações aos particulares independentemente de concordância.
- b) A revogação do ato administrativo é o instrumento adequado para desfazer atos eivados de vício de legalidade, retroagindo os seus efeitos (*ex tunc*) à data em que o ato foi originalmente praticado.
- c) O vício de competência constitui defeito de legalidade sempre insanável, o que impede a sua convalidação pela autoridade superior ainda que a lei não tenha estabelecido competência em caráter exclusivo.
- d) Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração.
- e) A presunção de legitimidade e veracidade que milita em favor dos atos administrativos possui natureza absoluta (*jure et de jure*), obstando a produção de prova em contrário pelo administrado na esfera administrativa ou judicial.

43. Considere as seguintes situações hipotéticas: (i) determinado Chefe de Gabinete de uma Casa Legislativa praticou o ato administrativo de remoção de um servidor subordinado para uma unidade remota do órgão, com o objetivo exclusivo de puni-lo em virtude de divergências pessoais havidas entre ambos; (ii) em outra oportunidade, o mesmo Chefe de Gabinete emitiu determinações direcionadas a uma empresa estatal, alegando possuir poder para isso com base na competência constitucional do Legislativo de fiscalizar os atos do Executivo; (iii) o Chefe de Gabinete ficou irressignado com o fato de a empresa estatal exercer o poder de polícia mediante delegação; (iv) em contrato administrativo de prestação de serviços, o Chefe de Gabinete determinou a apuração de infrações cometidas pela empresa privada contratada. Considerando as regras concernentes aos poderes administrativos, aos deveres funcionais e às formas de abuso de poder, assinale a alternativa correta:

- a) A conduta do Chefe de Gabinete configura desvio de poder (ou desvio de finalidade), tendo em vista que o agente atuou no âmbito de suas atribuições formais, porém com finalidade diversa daquela prevista na legislação ou exigida pelo interesse público.
- b) O ato praticado caracteriza excesso de poder, visto que o vício de excesso de poder ocorre sempre que o agente público atua estritamente dentro de sua esfera de competência legal, mas visa a alcançar um fim ilícito ou punitivo.
- c) Entre os órgãos do Poder Legislativo e as empresas públicas integrantes da Administração Indireta existe uma estrita relação de subordinação hierárquica, legitimando o exercício do poder hierárquico para a edição de ordens diretas de serviço.
- d) A aplicação de sanção administrativa a uma empresa privada contratada pela Administração Pública, em decorrência do descumprimento de cláusulas contratuais, fundamenta-se precipuamente no exercício do poder de polícia.
- e) Conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal, a ordem de polícia (função legislativa de criar restrições e condicionamentos) pode ser livremente delegada a empresas estatais prestadoras de serviços públicos.

44. Um servidor público estatutário estável, ocupante do cargo de técnico legislativo em uma Assembleia Legislativa, logrou aprovação em um novo concurso público e foi diplomado para o exercício de mandato eletivo de Vereador no município onde reside. Diante das regras constitucionais sobre a acumulação de cargos e o exercício de mandato eletivo por agentes públicos, assinale a alternativa correta:

- a) O servidor investido no mandato de Vereador será obrigatoriamente afastado do seu cargo público originário, independentemente de haver ou não compatibilidade de horários na localidade.
- b) Havendo compatibilidade de horários no exercício do mandato de Vereador, o servidor perceberá as vantagens de seu cargo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
- c) Se não houver compatibilidade de horários para o exercício concomitante do mandato de Vereador, o servidor será afastado do cargo e receberá compulsoriamente apenas os subsídios da atividade parlamentar, vedado o direito de opção.
- d) Nos casos de acumulação lícita de cargos públicos, o teto remuneratório constitucional deve incidir sobre o somatório global dos ganhos do servidor, aplicando-se o abate-teto sobre a soma total das remunerações.
- e) A vedação constitucional ao nepotismo atinge de forma idêntica e automática a nomeação de parentes até o quarto grau em linha reta ou colateral da autoridade nomeante para o exercício de funções gratificadas.

45. Durante a instrução de um processo administrativo instaurado para apurar irregularidades em contratos de prestação de serviços no âmbito da Assembleia Legislativa, surgiram dúvidas sobre os prazos, o formalismo dos atos e as hipóteses de impedimento da autoridade processante. Com base nas disposições literais e nos entendimentos jurisprudenciais regulados pelas normas de processo administrativo, assinale a alternativa correta:

- a) Nos processos administrativos, os prazos processuais expressos em dias devem ser computados em dias úteis, suspendendo-se a contagem de forma automática durante os fins de semana e feriados.

- b) A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição.
- c) O requerimento inicial do interessado deve ser formulado obrigatoriamente por escrito em toda e qualquer situação, sendo vedada em termos absolutos a admissão de solicitação oral pela repartição.
- d) Os prazos processuais fixados em meses ou anos contam-se de modo contínuo a partir do primeiro dia do mês subsequente, desconsiderando-se a contagem de data a data.
- e) O direito da Administração Pública de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em dez anos, contados da data em que foram praticados, mesmo que configurada a má-fé do beneficiário.

46. A Mesa Diretora de uma Casa Legislativa necessita realizar a contratação imediata de insumos e de serviços especializados. Ao analisar as hipóteses de contratação direta previstas na Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações), o setor jurídico deve distinguir com precisão as situações que configuram licitação dispensável daquelas em que há inexigibilidade. Com base no material fornecido, assinale a alternativa correta:

- a) É inexigível a licitação para a contratação de associação de pessoas com deficiência, com ou sem fins lucrativos, desde que o preço seja compatível com o de mercado.
- b) A contratação direta por inexigibilidade de licitação fundamenta-se na inviabilidade de competição no caso concreto, ao passo que a licitação dispensável envolve situações em que a competição seria materialmente possível, mas a lei faculta a não realização do certame.
- c) Os limites originais previstos na lei para a dispensa de licitação em razão do valor são unificados para quaisquer objetos, como obras, compras e serviços.
- d) A contratação de profissional técnico de notória especialização para compor comissão de avaliação de critérios de técnica enquadra-se legalmente como hipótese de inexigibilidade de licitação.
- e) Os valores dos limites de dispensa de licitação previstos no texto da Lei nº 14.133/2021 são definitivos e imutáveis, sendo vedada a sua atualização monetária por atos infralegais ou decretos do Poder Executivo.

47. No âmbito de um procedimento de apuração promovido em face de um agente público do Poder Legislativo por suposta prática de ato ilícito contra a Administração Pública, surgiram dúvidas quanto ao prazo de prescrição, ao elemento subjetivo e às medidas cautelares regidas pela Lei nº 8.429/1992 (com as alterações promovidas pela Lei nº 14.230/2021). Diante do regime jurídico da improbidade administrativa, assinale a alternativa correta:

- a) Admite-se a responsabilização do agente público por ato de improbidade administrativa na modalidade culposa nos casos de lesão ao erário, desde que demonstrada a negligência grave ou a imprudência no manejo de verbas públicas.
- b) A ação para a aplicação das sanções relativas aos atos de improbidade administrativa prescreve no prazo de cinco anos, contados da data em que o agente público cessar o exercício do mandato, do cargo em comissão ou da função de confiança.
- c) O afastamento preventivo do agente público do exercício do cargo, emprego ou função constitui penalidade administrativa de natureza definitiva, ensejando o prejuízo imediato de seus subsídios e remuneração funcional.
- d) A ação para a aplicação das sanções prescritas na Lei de Improbidade Administrativa prescreve em 8 (oito) anos, contados a partir da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência.
- e) O ressarcimento integral do dano patrimonial pode ser afastado mediante acordo de não persecução civil, desde que seja homologado judicialmente.

48. No âmbito da Administração Pública, a gestão da informação e o tratamento de dados pessoais observam as disposições da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI) e da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD). Com base no texto literal das referidas leis, assinale a alternativa correta:

- a) O tratamento de dados pessoais pelas pessoas jurídicas de direito público deve ser realizado para o atendimento de sua finalidade pública, na persecução do interesse público, com o objetivo de executar as competências legais ou cumprir as atribuições legais do serviço público.
- b) É vedado à Administração Pública fornecer o acesso a dados pessoais sob qualquer pretexto, devendo todas as informações pessoais ser obrigatoriamente classificadas como ultrassecretas pelo prazo imutável de 100 (cem) anos.
- c) A transferência internacional de dados pessoais por órgãos públicos é livre e prescinde de qualquer previsão legal ou autorização, bastando o consentimento verbal do titular dos dados.
- d) O serviço de busca e fornecimento da informação é remunerado em todos os casos mediante cobrança obrigatória de taxa de busca, salvo declaração de pobreza firmada perante cartório de notas.
- e) É livre e irrestrita a transferência a entidades privadas de dados pessoais constantes de bases de dados do Poder Público para a finalidade exclusiva de exploração comercial e publicidade de mercado.

**ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E
ORÇAMENTÁRIA (AFO)***Luciana Marinho*

Acerca do assunto PPA, LDO e LOA, julgue os itens que se seguem.

49. A Constituição Federal de 1988 estruturou o planejamento e o orçamento público mediante instrumentos distintos, mas integrados. A respeito dessa integração, analise as afirmativas a seguir.

- I. O Plano Plurianual representa o planejamento governamental de médio prazo.
- II. A Lei de Diretrizes Orçamentárias seleciona, para cada exercício, metas e prioridades extraídas do planejamento plurianual e orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual.
- III. A Lei Orçamentária Anual operacionaliza, por meio da previsão de receitas e da fixação de despesas, as ações governamentais a serem executadas no exercício financeiro.
- IV. A vigência, a elaboração e a aprovação do PPA, da LDO e da LOA devem coincidir para assegurar a compatibilidade entre esses instrumentos.

Está correto o que se afirma em

- a) I e II, apenas.
- b) I, II e III, apenas.
- c) I, III e IV, apenas.
- d) II e IV, apenas.
- e) I, II, III e IV.

50. A Constituição Federal estabelece que o Plano Plurianual deve contemplar as despesas de capital e outras delas decorrentes, bem como aquelas relativas aos programas de duração continuada.

Considerando esse comando constitucional, assinale a afirmativa correta.

- a) O PPA detalha, para cada exercício financeiro, todas as dotações orçamentárias constantes da LOA.
- b) O PPA constitui instrumento voltado exclusivamente ao planejamento de investimentos públicos.
- c) O PPA estabelece diretrizes, objetivos e metas para despesas de capital e programas de duração continuada, servindo como referência para os demais instrumentos de planejamento.
- d) O PPA somente poderá conter programas cuja execução ocorra dentro de um único exercício financeiro.
- e) O PPA substitui a necessidade de edição anual da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

51. Durante a tramitação do projeto da Lei Orçamentária Anual da União, foi inserido dispositivo autorizando a criação de um programa permanente de incentivo à inovação tecnológica, estabelecendo critérios para concessão de benefícios às empresas participantes e disciplinando a estrutura administrativa responsável por sua execução. Além disso, o projeto continha autorização para abertura de créditos suplementares até determinado limite e autorização para contratação de operações de crédito.

À luz do princípio da exclusividade orçamentária previsto na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- a) Todo o conteúdo do projeto é compatível com a Constituição, pois a LOA pode disciplinar qualquer matéria relacionada à execução da despesa pública.
- b) A autorização para abertura de créditos suplementares constitui matéria estranha à Lei Orçamentária Anual e somente poderia ser disciplinada por lei específica.
- c) A criação do programa permanente viola o princípio da exclusividade, enquanto as autorizações para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito constituem exceções expressamente admitidas pela Constituição Federal.
- d) A autorização para contratação de operações de crédito viola o princípio da exclusividade, sendo admitida apenas a autorização para abertura de créditos suplementares.
- e) O princípio da exclusividade impede qualquer autorização legislativa que não trate diretamente da fixação da despesa ou da previsão da receita, sem admitir exceções.

52. Determinada sociedade de economia mista possui a seguinte composição acionária:

União: 52% do capital votante.

Estado-membro: 18% do capital votante.

Investidores privados: 30% do capital votante.

Outra empresa pública federal depende integralmente de recursos do Tesouro Nacional para custeio de suas atividades operacionais.

Ao elaborar a Lei Orçamentária Anual da União, o órgão central de orçamento deverá considerar que

a) ambas as entidades integrarão exclusivamente o orçamento fiscal, em razão da participação majoritária da União.

b) apenas a empresa pública dependente integrará o orçamento de investimento, por receber recursos do Tesouro Nacional.

c) a sociedade de economia mista integrará o orçamento de investimento, em razão do controle acionário exercido pela União, enquanto a empresa pública dependente integrará o orçamento fiscal, conforme o regime constitucional aplicável às entidades dependentes.

d) ambas integrarão simultaneamente o orçamento fiscal e o orçamento de investimento.

e) nenhuma delas integrará a Lei Orçamentária Anual, por possuírem personalidade jurídica de direito privado.

53. Durante a discussão da Lei de Diretrizes Orçamentárias, determinado parlamentar propôs dispositivo estabelecendo prioridade absoluta para investimentos em infraestrutura logística. Simultaneamente, apresentou emenda à Lei Orçamentária Anual destinando recursos significativos para programa diverso, sem qualquer relação com as prioridades estabelecidas na LDO.

À luz da Constituição Federal, essa situação evidencia que

a) as prioridades fixadas pela LDO possuem natureza meramente política, sem qualquer repercussão sobre a LOA.

b) a compatibilidade entre a LOA e a LDO constitui requisito inerente ao sistema constitucional de planejamento e orçamento.

c) somente o PPA condiciona o conteúdo da Lei Orçamentária Anual.

d) a LOA prevalece sobre a LDO por possuir vigência imediata.

e) a definição de prioridades constitui competência exclusiva da Lei Orçamentária Anual.

54. O Poder Executivo encaminhou projeto de lei instituindo novo Plano Plurianual. Durante sua tramitação, surgiu proposta para inclusão de programa cuja execução dependeria integralmente da atuação coordenada entre União, Estados e Municípios.

Sob a ótica constitucional,

- a) programas dessa natureza não podem integrar o PPA federal.
- b) o PPA restringe-se às ações executadas diretamente pelos órgãos da Administração Direta.
- c) nada impede que o PPA contemple programas cuja execução dependa de cooperação federativa, desde que observadas as competências constitucionais dos entes envolvidos.
- d) somente programas financiados exclusivamente por recursos da União podem integrar o Plano Plurianual.
- e) programas interfederativos somente podem ser disciplinados na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

55. A respeito dos pedidos, assinale a alternativa correta, de acordo com o Código de Processo Civil.

- a) É lícita a cumulação, em um único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, desde que entre eles não haja conexão.
- b) Não se admitem pedidos genéricos em reconvenção, ainda que não seja possível determinar, desde logo, as consequências do ato ou do fato;
- c) Até a citação, o autor poderá aditar ou alterar o pedido ou a causa de pedir, desde que haja consentimento do réu.
- d) Na ação que tiver por objeto cumprimento de obrigação em prestações sucessivas, essas somente serão consideradas incluídas no pedido, mediante declaração expressa do autor.

e) Na obrigação indivisível com pluralidade de credores, aquele que não participou do processo receberá sua parte, deduzidas as despesas na proporção de seu crédito.

56. Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação. De acordo com o Código de Processo Civil,

- a) Caso uma das partes manifeste desinteresse na conciliação, a audiência não será realizada.
- b) As partes não precisam estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos
- c) Havendo litisconsórcio, o desinteresse na realização da audiência deve ser manifestado por todos os litisconsortes.
- d) A intimação do autor para a audiência será feita pessoalmente.
- e) A parte não poderá constituir representante, devendo comparecer presencialmente ao ato.

57. O Decreto 20910/1932 regula a prescrição em relação à fazenda pública. De acordo com o referido diploma legal, é correto afirmar que

- a) As dívidas passivas dos Estados prescrevem em três anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem.
- b) A prescrição somente poderá ser interrompida uma vez.
- c) A prescrição interrompida recomeça a correr, pela integralidade do prazo, da data do ato que a interrompeu ou do último ato ou termo do respectivo processo.
- d) Quando o pagamento se dividir por dias, meses ou anos, não correrá prescrição.
- e) Quando a administração solicitar ao credor algum esclarecimento, ou quando for necessário promover algum procedimento judicial ou administrativo, haverá suspensão da prescrição.

58. O recurso extraordinário e o recurso especial, nos casos previstos na Constituição Federal, serão interpostos perante o presidente ou o vice-presidente do tribunal recorrido, em petições distintas. De acordo com o Código de Processo Civil, o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça

- a) não poderão desconsiderar vício formal de recurso tempestivo.
- b) não poderão determinar a correção de vício formal, devendo inadmiti-los de imediato.
- c) poderão desconsiderar vício formal de recurso tempestivo ou determinar sua correção, desde que não o repute grave.
- d) poderão desconsiderar vício formal de recurso tempestivo ou determinar sua correção, desde que a causa seja relevante.
- e) desconsiderar vício formal de recurso tempestivo ou determinar sua correção, desde que a outra parte consinta.

59. Acerca da ação rescisória, à luz do que nos disciplina o Código de Processo Civil, é possível afirmar que:

- a) A propositura, como regra, impede o cumprimento da decisão rescindenda.
- b) Não caberá ação rescisória se os fatos alegados pelas partes dependerem de prova.
- c) O direito à rescisão se extingue em 2 (dois) anos contados do trânsito em julgado da primeira decisão proferida no processo.
- d) A ação rescisória pode ter por objeto apenas 1 (um) capítulo da decisão.
- e) A escolha de relator sempre recairá em juiz que não haja participado do julgamento rescindendo.

CONSULTORIA JURÍDICA E ASSESSORAMENTO LEGISLATIVO

João Trindade

60. Nos termos do Regimento Interno da Alece, se o autor da proposição dada como inconstitucional, antirregimental ou alheia à competência da Assembleia não se conformar com a decisão da Presidência de não a aceitar, poderá:

- a) requerer ao presidente audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que, se discordar da decisão, restitui-la-á à devida tramitação.
- b) recorrer ao Plenário, individualmente
- c) requerer ao presidente audiência da Comissão de mérito, que, se discordar da decisão, restitui-la-á à devida tramitação
- d) demonstrar sua irresignação mediante uso da palavra, apenas
- e) recorrer ao Plenário, mediante apoio da maioria absoluta dos membros da Casa

61. À Comissão de Constituição, Justiça e Redação da Alece cabe:

- a) falando por último, o exame da admissibilidade de proposições, no todo ou em parte, sob os aspectos da constitucionalidade, legalidade, juridicidade, regimentalidade e de técnica de redação legislativa
- b) em caráter preliminar, o exame da admissibilidade de proposições, no todo ou em parte, sob os aspectos da constitucionalidade, legalidade, juridicidade, regimentalidade e de técnica de redação legislativa
- c) falando por último, o exame da admissibilidade de proposições, no todo ou em parte, sob os aspectos da constitucionalidade e legalidade, apenas
- d) em caráter preliminar, o exame da admissibilidade de proposições, no todo ou em parte, sob os aspectos da constitucionalidade e legalidade, apenas
- e) em caráter preliminar, o exame da admissibilidade de proposições, no todo ou em parte, sob os aspectos da constitucionalidade, legalidade, juridicidade, regimentalidade, de técnica de redação legislativa, mérito e adequação financeira e orçamentária

62. À luz da jurisprudência do STF, é caso de controle jurisdicional preventivo de constitucionalidade:

- a) ação direta de inconstitucionalidade
- b) ação declaratória de constitucionalidade
- c) mandado de segurança impetrado por parlamentar
- d) mandado de segurança impetrado por qualquer cidadão
- e) ação popular

63. Assinale a proposição que não apresenta vício de iniciativa:

- a) projeto de lei de iniciativa parlamentar que concede aumento a servidores do Executivo
- b) projeto de lei de iniciativa popular que altera o regime jurídico dos servidores
- c) proposta de emenda à Constituição Estadual que fixa prazo máximo para o encaminhamento da revisão geral anual dos servidores
- d) projeto de lei de autoria parlamentar que extingue secretarias do Executivo
- e) projeto de lei de autoria parlamentar que cria conselhos no âmbito do Legislativo

64. Uma minuta de projeto apresentava o seguinte trecho:

“Art. 5º. Os servidores não podem ausentar-se do serviço sem autorização.

§ 1º Excetua-se do previsto no caput:

- a) servidores titulares de cargo em comissão.
- b) servidores em home office.”

Não constitui erro, à luz da técnica legislativa:

- a) a numeração do parágrafo
- b) a utilização das alíneas
- c) o emprego do ponto final
- d) a não utilização de itálico nas palavras em Língua estrangeira
- e) a repetição da palavra “servidores”

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Tiago Zanolla

65. Marcos, servidor lotado na unidade de compras da Assembleia Legislativa, procura a assessoria interna com uma dúvida concreta: quer saber qual instrumento o orienta, de forma preventiva, sobre a conduta desejável em uma situação que nenhuma regra punitiva descreve expressamente. Nesse cenário, assinale a alternativa correta.

- a) O Código de Ética tem abordagem proativa e educativa, funcionando como bússola moral que orienta a conduta íntegra e a cultura de integridade, inclusive em situações não contempladas expressamente pelo Regime Disciplinar.
- b) O Regime Disciplinar tem abordagem proativa e educativa, cabendo a ele inspirar a conduta desejável, enquanto ao Código de Ética compete apenas fixar as sanções aplicáveis aos desvios.
- c) O foco do Código de Ética é a correta realização dos procedimentos, ao passo que o Regime Disciplinar existe para garantir que esses procedimentos sejam realizados com integridade orientada para o bem comum, razão pela qual a dúvida de Marcos sobre conduta desejável deve ser resolvida pelo Regime Disciplinar, e não pelo Código.
- d) A orientação sobre conduta desejável depende de prévia tipificação da conduta como infração disciplinar.
- e) O alcance do Código de Ética é o ato específico praticado pelo servidor, e o do Regime Disciplinar, a cultura organizacional do órgão.

66. A publicidade dos atos administrativos assegura a transparência que a moralidade administrativa exige, mas a legislação pátria admite hipóteses de restrição quando houver interesse público justificado. Nesse cenário, considerando as disposições sobre validade do ato administrativo, publicidade e acesso à informação, assinale a alternativa incorreta.

- a) Para ser considerado válido, o ato administrativo deve ser compatível com a moralidade administrativa, que se situa no equilíbrio entre a legalidade e a finalidade.
- b) A moralidade administrativa é princípio de caráter objetivo, pois não depende da opinião ou do julgamento de cada indivíduo e se aplica a todos os agentes públicos, independentemente de suas crenças ou valores pessoais.
- c) Os casos de sigilo prescindem de previsão legal em sentido estrito, bastando decisão motivada da autoridade detentora da informação, desde que registrada no processo administrativo, uma vez que a avaliação do interesse público justificado é atribuição de quem conduz o ato.
- d) A Lei de Acesso à Informação estabelece que os órgãos públicos devem disponibilizar informações de forma ativa, publicando espontaneamente dados de interesse público, e responder às solicitações dos cidadãos de forma completa, tempestiva e verdadeira.
- e) O sigilo deve ser limitado ao mínimo necessário para proteger o interesse público.

67. Helena, servidora de uma unidade de atendimento ao público, avalia como comunicar a um cidadão em forte abalo emocional um dado que agravaria seu sofrimento imediato, e decide conduzir a comunicação em outro momento e por outro meio, considerando as consequências prováveis de cada caminho. Nesse cenário, considerando a fundamentação ética das ações administrativas e a distinção weberiana entre convicção e responsabilidade, assinale a alternativa correta.

- a) A conduta se aproxima da ética de convicção, que se funda na racionalidade segundo o fim e na avaliação das consequências da decisão.

b) A ética de responsabilidade funda-se em princípios preestabelecidos, do tipo dos Dez Mandamentos, motivo pelo qual também é denominada ética de deveres, e por isso a conduta de Helena não se enquadra nela, mas sim na categoria que visa a resultados, que Weber reserva ao campo estritamente privado.

c) A ética de responsabilidade exige do agente apenas prudência, dispensando técnica de atuação que considere as consequências da decisão.

d) Para Weber, as ações políticas demandam o mesmo senso moral das ações individuais, o que torna irrelevante, na administração, a distinção entre os dois tipos de fundamentação ética.

e) A conduta se aproxima da ética de responsabilidade, fundada na adequação dos meios aos fins pretendidos e na consideração das consequências, e que Weber considera própria e adequada à política.

DIREITO PENAL

Antônio Pequeno

68. Ronaldo, servidor público, solicita, no exercício da função, cinco mil reais (R\$ 5.000,00) de um particular. Ato contínuo, o servidor recebe a vantagem indevida e deixa de praticar um ato de ofício. Com base nessa situação hipotética, marque a alternativa correta que traga o crime praticado por Ronaldo.

- a) Concussão.
- b) Corrupção passiva simples.
- c) Corrupção passiva majorada.
- d) Exploração de prestígio.
- e) Conduta atípica.

69. Túlio querendo obter uma herança maior falsificou o testamento particular que o próprio pai deixou para a família. Com base nessa situação hipotética, qual o crime praticado por Túlio

- a) Falsificação de documento particular
- b) Falsificação de documento público
- c) Falsa identidade
- d) Falsidade ideológica
- e) Falsidade ideológica de documento particular

70. Jonas, servidor público, exigiu de um contribuinte um tributo sabendo que a exigência era indevida. O contribuinte, com receio, acabou efetuando o pagamento do tributo e Jonas recebeu o valor e desviou em benefício próprio. Com base nessa situação hipotética marque a alternativa correta

- a) Jonas praticou o crime de concussão.
 - b) Jonas praticou o crime de excesso de exação na forma simples.
 - c) Jonas praticou o crime de peculato desvio.
 - d) Jonas praticou o crime de excesso de exação na forma majorada.
 - e) Jonas praticou o crime de corrupção passiva.
-

Questão Discursiva 1

No ano de 2020, Carlos, na condição de ordenador de despesas do município Gama, autorizou dolosamente a contratação direta da empresa "Delta Serviços Ltda." sem a observância dos requisitos legais, conduta que gerou um prejuízo efetivo de R\$ 500.000,00 aos cofres públicos. No mesmo período, o servidor público municipal efetivo Roberto atestou a execução contratual com negligência técnica, agindo com culpa, sem qualquer intuito ilícito ou conluio. No ano de 2021, após a vigência da Lei 14.230/2021, a procuradoria do município Gama ajuizou ação de improbidade administrativa contra ambos. No ano de 2024, antes de proferida a sentença, o município Gama manifestou o interesse de celebrar acordo de não persecução cível com Carlos, enquanto a defesa de Roberto requereu a extinção do processo em relação a ele.

Com base na situação hipotética, redija uma questão discursiva que responda ao(s) seguinte(s) tópico(s):

- Avalie a viabilidade jurídica do prosseguimento da ação de improbidade administrativa em relação a Roberto, considerando o elemento subjetivo do ato e a incidência da legislação no tempo.
- Analise a legitimidade do município Gama para figurar no polo ativo da demanda judicial e para propor a celebração do acordo de não persecução cível.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

Questão Discursiva 2

No ano de 2025, Carlos foi diagnosticado com uma enfermidade grave que exigia a realização imediata de uma intervenção cirúrgica de emergência. Diante da urgência contemporânea à propositura da demanda, o paciente ajuizou uma petição inicial simplificada contra a operadora de plano de saúde "Vida Integral", limitando-se ao requerimento de tutela provisória de urgência antecipada em caráter antecedente e à indicação do pedido de tutela final. Ao analisar o requerimento liminar, o magistrado deferiu a medida e determinou o fornecimento do tratamento sob pena de multa diária. A empresa ré foi devidamente citada e intimada, cumprindo a ordem judicial sem interpor qualquer recurso contra a decisão interlocutória concessiva. Em virtude do cumprimento voluntário e da ausência de impugnação pela ré, o magistrado extinguiu o processo originário.

Com base na situação hipotética, redija uma questão discursiva que responda ao(s) seguinte(s) tópico(s):

1. Identifique o fenômeno processual ocorrido diante da ausência de impugnação recursal da ré em face da decisão concessiva da tutela antecipada antecedente e indique o desfecho do processo originário.
2. Esclareça o mecanismo processual adequado e o prazo decadencial aplicável caso a ré pretenda reverter a medida concedida.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
